

PMS	EMIT	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal	Correio de Bahia	
Data	22/09/00	
Caderno	Aqui Salvador 4	
Seção		
Assunto		
Genário Lemos Pelourinho		

Sétima etapa de revitalização do Pelourinho caberá à Conder

Cadastramento das famílias que habitam os antigos casarões viabiliza indenizações

Ana Carolina Araújo

Um antigo casarão do Pelourinho, onde moravam cerca de 50 pessoas, desabou no dia 13 de setembro. O acidente foi provocado por infiltrações na construção, causadas pela inexistência de encaimento. Várias famílias já deixaram o prédio e, segundo os moradores, outras partes da edificação podem desabar nos próximos dias.

Logo após o acontecido, técnicos da Coordenação de Defesa Civil de Salvador (Codel) compareceram à Rua Saldanha da Gama para liberar a passagem na pista. As reformas previstas no projeto de revitalização estavam sob responsabilidade do Ipac. A sétima etapa do projeto, entretanto, na qual está incluída a região do acidente, está sob responsabilidade da Conder. A companhia é a responsável pelos recursos que estão sendo oferecidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a restauração do patrimônio artístico, histórico e arquitetônico de Salvador, através do projeto Monumenta. O assessor chefe do Ipac, Jorge Ala, explica que agora, como o dinheiro para as obras não vem mais do governo do estado, a Conder está tendo que recomeçar todo o trabalho. Por esse motivo, foi realizado um novo cadastramento.

Os moradores do casarão reclamam da falta de atitude dos órgãos competentes a respeito da ocorrência. Alair Oliveira, atual responsável pelo



A queda do casarão na Rua Saldanha da Gama evidencia a urgência das reformas

imóvel, diz que a casa já foi cadastrada duas vezes, uma pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac), e outra pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), para fazer parte do programa de revitalização do Centro Histórico, mas que, até hoje, não houve nenhuma intervenção.

As normas de revitalização dizem que qualquer obra só pode ser realizada após a desocupação do imóvel. Esse é o maior empecilho para o iní-

cio das reformas do casarão da Saldanha da Gama. O diretor da Conder, Genário Lemos, já autorizou o início das atividades, mas a presença dos moradores no local impede que isso aconteça. Em conjunto com o Ipac, a Conder está tentando angariar fundos para indenizar mais de 80 pessoas remanescentes em imóveis de risco.

Este pagamento, entretanto, não significa o fim dos problemas. Moradores e instituições responsáveis concordam

em dizer que, não raro, os casarões do Pelourinho são invadidos novamente após a desocupação. Outro problema são os moradores que continuam no local, mesmo após receberem a indenização. É o caso de Claudete França, que recebeu a indenização há cerca de um mês. Desempregada, Claudete usou o dinheiro para o pagamento de dívidas e não conseguiu sair da Rua 28 de setembro, onde mora num quarto alugado com os dois filhos.

Claudionor Júnior



A queda do casarão na Rua Saldanha da Gama evidencia a urgência das reformas

imóvel, diz que a casa já foi cadastrada duas vezes, uma pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac), e outra pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), para fazer parte do programa de revitalização do Centro Histórico, mas que, até hoje, não houve nenhuma intervenção.

As normas de revitalização dizem que qualquer obra só pode ser realizada após a desocupação do imóvel. Esse é o maior empecilho para o iní-

cio das reformas do casarão da Saldanha da Gama. O diretor da Conder, Genário Lemos, já autorizou o início das atividades, mas a presença dos moradores no local impede que isso aconteça. Em conjunto com o Ipac, a Conder está tentando angariar fundos para indenizar mais de 80 pessoas remanescentes em imóveis de risco.

Este pagamento, entretanto, não significa o fim dos problemas. Moradores e instituições responsáveis concordam

em dizer que, não raro, os casarões do Pelourinho são invadidos novamente após a desocupação. Outro problema são os moradores que continuam no local, mesmo após receberem a indenização. É o caso de Claudete França, que recebeu a indenização há cerca de um mês. Desempregada, Claudete usou o dinheiro para o pagamento de dívidas e não conseguiu sair da Rua 28 de setembro, onde mora num quarto alugado com os dois filhos.